

JOSÉ CALVET DE MAGALHÃES E A CONSTRUÇÃO EUROPEIA

Maria Fernanda Rollo

SOU UM «EUROPEU» CONVICTO DESDE LONGA DATA
Calvet de Magalhães em 1981

Embaixador de Portugal (um dos principais e mais conhecidos diplomatas portugueses da segunda metade do século XX), foi um pioneiro da chamada diplomacia económica e um dos grandes protagonistas na aproximação de Portugal à Europa enquanto participante activo em negociações que envolveram diversos organismos europeus.

O embaixador Calvet de Magalhães não foi só um homem de acção. Possuidor de um consistente pensamento sobre a Europa e sobre as relações externas de Portugal, deixou-nos o seu ideário materializado num conjunto de obras que enriquecem o seu legado e juntam à sua actividade diplomática um acervo de ideias sobre as relações internacionais do seu tempo. Referência para uma geração de diplomatas, o seu ascendente provém da forma lúcida como a cada momento foi capaz de defender simultaneamente essas suas ideias e os interesses portugueses. Mais que atlantista, americanófilo, nunca deixou de estar atento ao carácter euro-atlântico de Portugal e, em particular, à importância da posição geoestratégica dos Açores e de Portugal como ponte entre a Europa e a América.

Calvet de Magalhães nasceu em 1915, em Lisboa, sob o signo da I Guerra Mundial. Licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1940, fez estágio de advocacia; em 1941 candidatou-se a um lugar no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e foi admitido – por essa altura entraram também para o Palácio das Necessidades Eduardo Brasão e Franco Nogueira. Ao longo da sua vida trabalhou com mais de duas dezenas de ministros dos Negócios Estrangeiros.

Estreou-se na direcção-geral dos Negócios Económicos, uma área da diplomacia em que veio a especializar-se. Em 1945 encontramos-lo como cônsul-adjunto em Nova York, de onde no mesmo ano seria transferido para Washington. Em 1946 foi enviado para Boston onde fica a gerir o consulado até que, volvidos poucos meses, é enviado para Cantão (onde acompanha o fim da guerra civil chinesa e a chegada de Mao Tsé-Tung ao poder), regressando a Lisboa em 1950.

Em Março de 1951 é nomeado secretário da embaixada em Paris, já então como elemento do quadro diplomático, dando início a uma carreira tão longa como relevante: logo em Maio de 1951 integra a delegação portuguesa junto do conselho permanente da NATO – funções que acumula com a de representante de Portugal no COCOM – comité que tinha como objectivo gerir o embargo da exportação de produtos para o mundo soviético e a China. É aqui que começa verdadeiramente a aventura europeia de Calvet de Magalhães. O diplomata cresce com a própria Europa que, entretanto, se redescobre e reconstrói após a II Guerra Mundial, e desta maneira vive e participa nos primeiros passos da construção europeia, acompanhando de perto os primeiros desafios, sobressaltos e conquistas do projecto europeu.

A construção europeia, como tem sido referido, porventura o mais interessante e audacioso projecto político-económico do século XX, tem sido um projecto colectivo que envolve os estados e os respectivos povos, mas onde desde sempre têm sobressaído alguns decisivos protagonistas individuais. Foi assim também com Portugal, onde um punhado de políticos e diplomatas faz arrancar e avançar o processo mesmo nas conjunturas mais adversas e mais inesperadas: o embaixador Calvet de Magalhães foi um desses homens. Ele próprio o confessaria no início da década de 80, já retirado, não sem uma ponta de orgulho e de indisfarçada vaidade:

«A obra da nossa aproximação das instituições europeias nos seus primeiros passos resultou principalmente da conjunção de vários esforços e iniciativas pessoais, mais que do resultado de uma política consciente governamental, e a essa obra me achei pessoalmente ligado nalguns momentos cruciais dessa aproximação.»¹

Estávamos em 1981, e esta é uma alusão explícita à ausência de uma visão estratégica e uma crítica à insensibilidade, mais do que uma vez demonstrada pelas autoridades governamentais portuguesas, relativamente a essas matérias. Associando as suas posições às do também embaixador Ruy Teixeira Guerra no quadro das negociações conduzidas no quadro do Plano Marshall, Calvet de Magalhães assume-se como protagonista destas primeiras escaramuças em torno das questões da cooperação e posteriormente dos movimentos de integração europeia. É o próprio que confessa:

«O meu envolvimento directo nos movimentos europeus data de há quase trinta anos e nunca desde então fiz quaisquer declarações públicas nem às minhas intervenções pessoais na matéria nem à política governamental em relação à integração ou cooperação europeia.»²

COMPASSO EUROPEU: APROXIMAÇÃO HISTÓRICA A TRÊS TEMPOS

Jovem ainda, tinha pouco mais de 30 anos no tempo da constituição da OECE, o convívio com Ruy Teixeira Guerra permitiu-lhe compreender integralmente a importância

daquela organização: de como foi possível passar de uma fase de simples cooperação económica para a estruturação do eixo atlântico e daí para o projecto mais amplo da construção europeia. Foi também por esta altura que se apercebeu das potencialidades da participação de Portugal nestes movimentos fundadores.

Sempre na linha da frente desde o início do envolvimento de Portugal no processo europeu, inicialmente de cooperação – OECE e Plano Marshall – depois da construção europeia na EFTA e, por fim, na Comunidade Económica Europeia, Calvet de Magalhães vai consolidando as suas posições e o seu pensamento em torno dos dois eixos fundamentais da política externa portuguesa: o tradicional na vertente atlantista e o novo e emergente eixo europeu, em relação ao qual começa a discernir grandes virtualidades.

No longo depoimento de 1981, as suas ideias a este respeito são expostas com uma grande clareza:

«A integração dos povos europeus, por uma forma ou por outra, constitui a pedra fundamental da possível organização do mundo ocidental e esta é uma condição essencial da sua própria sobrevivência. Só a criação de um bloco de países europeus poderá restabelecer um certo equilíbrio que está em risco de se perder definitivamente pela excessiva preponderância dos Estados Unidos, em virtude do seu extraordinário potencial económico e militar, em grande parte ajudado pelas hesitações e a tibieza dos países europeus em preparar a sua própria defesa.»³

E logo a seguir reforça:

«Os defensores da integração europeia procuram precisamente pôr em comum as forças económicas e o potencial científico e técnico dos países europeus, que são consideráveis, por forma a criarem as condições da sua maior independência económico-militar e, consequentemente, política.»⁴

O seu europeísmo vai-se afirmando à medida que se vai convencendo de que então se estava a viver um momento singular e uma oportunidade excepcional; que os acontecimentos que se desenrolavam entre Washington e Paris eram únicos e irrepetíveis.

Assim foi percorrendo a história da participação de Portugal nos movimentos europeus. Sempre crítico em relação ao desinteresse manifestado pelos portugueses sobre os assuntos europeus, lastimando a hostilidade e a descrença das autoridades políticas portuguesas face ao movimento de cooperação europeia que apenas despontava. Não se conformando com a aparente falta de visão estratégica e mesmo incompreensão das nossas autoridades perante a primeira oportunidade que surge a Portugal – a integração das negociações no contexto do Plano Marshall – defende as posições de Ruy Teixeira Guerra, que muitas vezes sem apoio explícito do Governo assume o que considera ser o interesse do País.

Aliás, Calvet de Magalhães, para quem a ajuda dos fundos Marshall desempenharia um papel decisivo na resolução, ainda que conjuntural, dos nossos problemas em termos de balança de pagamentos, não deixa de salientar o lugar central que essa ajuda teve no processo de recuperação económica nacional e como, de certa forma, foi deficientemente aproveitada:

«Mas, quanto a mim, não foi menor o efeito indirecto da própria reconstrução económica da Europa e ainda pelo facto da nossa colaboração, mais ou menos forçada, com os americanos o Governo Português ter aceite colaborar na política de liberalização do comércio iniciada na OECE tendo nós atingido percentagens da liberalização superiores às de alguns países mais evoluídos membros da Organização. No que se refere ao domínio da cooperação económica, outra grande tarefa da OECE e da OCDE, que lhe sucedeu, a nossa participação foi bastante mais modesta em virtude da falta de preparação e compreensão dos nossos serviços públicos para poderem aproveitar das excepcionais facilidades que nos eram concedidas pela Organização.»⁵

Entretanto, promovido a ministro plenipotenciário de segunda classe, em Janeiro de 1956, Calvet de Magalhães, em representação do Estado português, viu serem-lhe abertas as portas de algumas das mais importantes instituições europeias de cooperação, onde teve oportunidade de desenvolver amplamente o seu conceito de diplomacia económica, de se iniciar numa actividade diplomática multilateral e, sobretudo, ensaiar uma maior aproximação de Portugal aos movimentos de cooperação que então fervilhavam na Europa fazendo a ligação de instituições portuguesas com as europeias, de que constitui exemplo eloquente o facto de ser simultaneamente chefe e representante da OECE na Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia (CTCEE) e desta na OECE/OCDE⁶. Neste contexto a sua actividade alargou-se com a nomeação, em Abril de 1959, para o cargo de representante de Portugal na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), e para a chefia da delegação portuguesa em grande parte das negociações que, durante o ano de 1959, deram origem ao que viria a ser a EFTA. A importância da sua actuação foi reconhecida em 1962 quando foi nomeado chefe da delegação portuguesa junto da CEE e da EURATOM e, finalmente, recebe o título honorífico de embaixador.

Assinale-se que a intervenção directa de Calvet de Magalhães em negociações económicas multilaterais teve início na tentativa de criação de uma Zona de Comércio Livre (ZCL), proposta pela Grã-Bretanha em 1957. Como representante de Portugal junto da OECE, apoiado por Isabel Magalhães Colaço, foi encarregado de acompanhar este processo negocial. A ZCL constituía, no entendimento dos promotores, a melhor solução para os países que não queriam ou não podiam aderir à CEE, por razões de ordem económica ou política.

O melindre e a complexidade da questão é que a ZCL se destinava apenas à liberalização do comércio de produtos industriais, excluindo a agricultura, o que na prática tornava inútil a integração de um país como Portugal ainda essencialmente exportador de produtos primários. Coube a Calvet de Magalhães, seguindo orientações do Governo, defender a ideia de que Portugal não só não era um país subdesenvolvido, pois não pretendia ajuda finan-

ceira, como queria unicamente obter alguns benefícios para a protecção de algumas indústrias nascentes e um alargamento do prazo da redução de tarifas. Em tese a ideia era a de que o País não podia ficar à margem dos movimentos europeus de integração económica. Tese que, ao contrário do que ainda hoje é voz corrente, tinha acolhimento nas mais altas instâncias do poder em Portugal. Marcelo Caetano, então ministro da Presidência, precisamente em 1957, no discurso proferido na abertura dos II Congressos da Indústria e dos Economistas Portugueses, foi muito claro a este propósito:

«[...] a Europa Ocidental, retalhada em numerosos estados, cada um dos quais aspirando à autarcia económica e prosseguindo uma política egoísta em áreas de mercados de dimensões mesquinhas, estaria condenada a ficar dependente, mais tarde ou mais cedo, do bloco comunista ou dos Estados Unidos da América⁷; [...] se a Europa se unir não lhe faltarão condições [...] para voltar a ser ouvida e respeitada neste mundo onde parece estar a ser regra o amotinamento contra tudo o que é pensamento ou interesse europeu.»⁸

E, prossegue Marcelo Caetano, «sendo a Europa um espírito [...], nenhum espírito pode subsistir nesta condição terrena [...], sem um invólucro, numa base material»⁹, para concluir que sendo Portugal um país europeu não se podia alhear do movimento geral de reforço das posições europeias face aos dois outros grandes blocos resultantes da guerra, embora devesse acautelar os seus interesses específicos¹⁰.

Foi no quadro destas negociações que Calvet de Magalhães encontrou uma expressão irónica para caracterizar o estágio de desenvolvimento português: «[...] comparei o nosso País a esse estranho animal chamado ornitorrinco que ninguém sabe dizer se é ave ou é mamífero»¹¹; embora carecendo de rigor científico, a expressão valeu-lhe o mérito de ter conseguido um acordo tendente à criação de um grupo de trabalho para estudar as também especificidades do caso português; os resultados a que se chegou acabaram por não ser discutidos pelo adiamento *sine die*, a partir de 14 de Novembro, dos trabalhos relativos ao estudo da ZCL no seio da OECE. Em qualquer caso, Calvet contou reiteradamente a todos os que tiveram o privilégio de beneficiar das suas memórias vivas como, persistentemente, intercedeu garantindo a presença de Portugal nas reuniões decisivas que conduziram à adesão de Portugal à EFTA.

Um episódio retrata bem a forma como, em alguns momentos decisivos, estas questões podiam sofrer repentinas mudanças de curso. É mais uma vez Calvet de Magalhães que conta na primeira pessoa a forma como arrancaram as negociações que haviam de conduzir à constituição da EFTA e a forma como Portugal surge representado nessas negociações:

«A primeira reunião preparatória dos “Seis-não-seis”, como foram chamados na altura, para as negociações que levaram à criação da EFTA, foi convocada, em grande segredo, para ter lugar em Genebra no dia 1 de Dezembro de 1958, sem que Portugal tivesse sido convidado a nela participar, o que estava de acordo com o pensamento britânico de uma

zona de livre-câmbio que englobasse apenas os países industrializados. Poucos dias antes da data marcada para esta reunião tive conhecimento do que se passava e informei imediatamente o Dr. Correia de Oliveira, então Secretário de Estado do Comércio. O Dr. Correia de Oliveira concordou imediatamente comigo que teríamos que estar presentes nessa reunião [...]. A nossa situação naquele momento era, porém, mais difícil, pois esta reunião era efectuada fora do âmbito da OECE, onde nós [...] dispúnhamos do veto, não dispendo na altura de outras armas do que a simples persuasão.»¹²

E numa avaliação global do resultado das negociações Calvet de Magalhães afirma-se:

«[...] plenamente convencido que a nossa participação na EFTA nunca se teria materializado, pelos menos na forma em que se processou, sem esta nossa presença na reunião preparatória de Genebra. O que não significa aliás que não tivéssemos que vencer novos obstáculos que surgiram no decorrer das negociações¹³. [...] As negociações foram conduzidas brilhantemente a nível governamental pelo Dr. Correia de Oliveira, sempre acompanhado pelo Embaixador Guerra [chefe da delegação], por mim próprio e por uma equipa de técnicos muito boa e na qual se destacaram alguns peritos que criaram notável reputação entre as outras delegações. Não creio melindrar ninguém se destacar, entre eles, o nome do Dr. José da Silva Lopes. Chefeei a delegação portuguesa em todas as reuniões a nível de funcionários que tiveram lugar em Estocolmo e Saltsjöbaden entre 17 de Março e 1 de Outubro de 1959.»¹⁴

Calvet de Magalhães já não assistiria à última reunião que teve lugar em Novembro desse ano, por ter sido chamado a Paris no âmbito dos trabalhos que transformariam a OECE na actual OCDE¹⁵.

INTERMEZZO: ENTRE OS SEIS E OS SETE

Os trabalhos em relação à EFTA, como é sabido, não acabaram por aqui. Quando tudo parecia caminhar de feição, a 9 de Agosto de 1961, a Grã-Bretanha fez o seu primeiro pedido de adesão ao Mercado Comum no que foi seguida pelos países escandinavos. Os riscos cuidadosamente medidos pelas autoridades portuguesas eram de monta: no horizonte surgia mais uma vez o espectro do isolamento no contexto europeu. Relutantemente, mas dando provas da flexibilidade necessária, o presidente do Conselho, em 18 de Maio de 1962, solicitou por carta entregue pelo embaixador Calvet de Magalhães, representante de Portugal junto das Comunidades, ao Presidente da CEE, «a abertura de negociações entre Portugal e a Comunidade com o fim de definir os termos da colaboração que o Governo português queria ver estabelecida com os países do Mercado Comum»¹⁶.

Sem expor pretensões ou reservas, Oliveira Salazar adoptava a fórmula vaga que na altura lhe permitia evitar escolhos maiores. Até porque existia a Grã-Bretanha e a Common-

wealth cujos problemas de integração na CEE haviam de forçosamente lançar pistas de soluções aplicáveis ao ultramar português.

Providencialmente, o Presidente De Gaulle, na sua célebre declaração de 13 de Janeiro de 1963, pôs uma pedra sobre o assunto, recusando liminarmente a integração do Reino Unido na Comunidade: «[...] fazendo fracassar subitamente as negociações em curso com a Inglaterra, todos os preparativos para as negociações com os restantes membros da EFTA ficaram automaticamente prejudicados»¹⁷. Seja como for, o problema só voltou a pôr-se quase uma década depois. Já eram outros os actores quando em 1970 a candidatura britânica de adesão às Comunidades Europeias foi finalmente aceite e na prática a EFTA ficou esvaziada de conteúdo.

Em 1969 recommençaram então novas negociações com a CEE nas quais o Governo português voltou a manifestar o seu desejo de se manter dentro do processo da integração europeia. Em consequência foi criada uma comissão de estudos sobre a integração económica europeia, presidida pelo embaixador Rui Teixeira Guerra, ficando Calvet de Magalhães, então director-geral dos Negócios Económicos, designado como vice-presidente. As negociações prolongaram-se culminando com a assinatura do Acordo Comercial entre Portugal e a CEE em 22 de Julho de 1972 – na mesma data em que foi assinado um acordo entre Portugal e CECA. Em jeito de balanço, Calvet de Magalhães sentenciou: «[...] tendo em conta as limitações de natureza política e mesmo económica a que estávamos sujeitos na época, os Acordos com as Comunidades representaram certamente um importante sucesso». Aliás, para o diplomata o acordo comercial de 1972 corresponde ao terceiro passo nesta longa evolução das relações de Portugal com as instituições europeias. Era o início de um contacto mais directo com a CEE, mas sem quaisquer implicações a nível político. Este complexo processo iria finalmente culminar no pedido de adesão de Portugal à CEE, em 1977, a que se seguiram uma série de longas e difíceis negociações, que levaram à nossa adesão, a 1 de Janeiro de 1986.¹⁸

Entretanto, Franco Nogueira, então ministro dos Negócios Estrangeiros, chamou Calvet de Magalhães a Lisboa para o nomear director-geral dos Negócios Económicos e Consulares. Passou então a ocupar-se de diversos assuntos bilaterais. Presidiu à delegação portuguesa nas negociações de Otawa, desse mesmo ano, relativas à questão dos limites de pesca entre Portugal e o Canadá; presidiu a várias comissões que elaboraram acordos comerciais com outros países, como sucedeu, na década de 60, com a Rodésia, Japão e Brasil; entre muitas outras temáticas, estiveram a seu cargo as negociações com a África do Sul para a construção da barragem de Cabora Bassa e as conversações luso-espanholas para aproveitamento dos rios internacionais.

É no exercício destas funções que acompanha os dossiês relativos ao apoio à independência branca da Rodésia e a ponte aérea clandestina entre São Tomé e Príncipe e o Biafra. Já no tempo de Caetano, em Julho de 1971, assume o cargo de secretário-geral do MNE onde é surpreendido pelo 25 de Abril de 1974. A 26 de Abril é recebido pelo presidente da Junta de Salvação Nacional, general Spínola, a quem apresenta o projecto de circular

a enviar a todas as missões portuguesas no estrangeiro, dando conta da situação política portuguesa e dos propósitos democráticos prosseguidos.

Em Agosto de 1974, empossado o I Governo Provisório, Calvet de Magalhães é nomeado embaixador de Portugal junto da Santa Sé onde se manteve até 1981 e onde acompanhará a revisão da Concordata. Foi este o seu último posto de uma longa e profícua carreira de embaixador.

Não acaba aqui a actividade pública de Calvet de Magalhães. Retomando ideias que perflhou ao longo da vida vale a pena reter alguns dos seus avisos e reflexões finais sobre a construção europeia e a posição de Portugal. A nossa adesão aconteceu e já contamos duas dezenas de anos nesta aventura europeia. Calvet de Magalhães reformou-se no ano da assinatura dessa adesão. Depois de reformado – desde 1985 – continuou a intervir. Em 1993-1994 saiu à liça novamente pela Europa, pela sua integração política, na defesa da ratificação do Tratado de Maastricht em artigo publicado na revista *Estratégia*¹⁹, editada pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, a cujo Conselho Geral o próprio embaixador presidiu. A veemência dos seus argumentos e a clarividência de que então deu provas reforçam a ideia de que continuávamos a estar perante um europeu convicto. Mas também perante um homem de paz, como provam as suas posições condenando a invasão anglo-americana do Iraque em 2003.

Um último registo para, em síntese, dar conta de um conjunto de ideias, pilares fundamentais em termos de pensamento e acção que nortearam a sua vida pública: antes de mais a presença e a constante percepção do peso da história nos grandes processos decisórios; depois, à sua maneira, Calvet de Magalhães foi um internacionalista, um diplomata adepto da cooperação internacional e, conseqüentemente, um anti-isolacionista; foi por igual um europeísta que lutou com os meios de que dispôs para pôr Portugal na Europa colocando muito de pessoal no pragmatismo das últimas décadas do Estado Novo que correspondia à máxima *não ficar de fora* do movimento de construção europeia; finalmente, o seu americanismo/atlantismo, que deixou exemplarmente expresso no *Portugal: Um Paradoxo Atlântico*²⁰: afinal a procura de uma fórmula onde coubessem coerentemente Portugal, os Açores, o Brasil e os Estados Unidos da América, numa lógica que hoje se diria global:

«Continuo a pensar que a adesão portuguesa às comunidades europeias, hoje União Europeia, pôs em relevo a componente europeia da política externa portuguesa, não invalidando ou enfraquecendo, porém, a importância da componente atlântica no posicionamento externo do nosso país.»²¹

NOTAS

- 1 MAGALHÃES, José Calvet de – «Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos». In GUERRA, Ruy Teixeira, FREIRE, António de Siqueira e MAGALHÃES, José Calvet de – *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e à Participação de Portugal nesses Movimentos*. Lisboa: Departamento de Integração Europeia, Instituto Nacional de Administração, 1981, p. 35.
- 2 *Ibidem*.
- 3 *Ibidem*, pp. 44-45.
- 4 *Ibidem*, p. 45.
- 5 *Ibidem*, p. 47.
- 6 Cf. SALGUEIRO, Ângela – *Biografia de José Calvet de Magalhães*. Trabalho apresentado na cadeira de História da Construção Europeia. Lisboa: FSCH-UNL, 2005, policopiado, p. 5.
- 7 Marcelo Caetano [1957] – «Discurso inaugural». In *II Congresso dos Economistas Portugueses, Revista do Centro de Estudos Económicos*. Lisboa, INE, n.º 20, p. 21.
- 8 *Ibidem*.
- 9 *Ibidem*, p. 22.
- 10 Cf. *ibidem*, pp. 24 e 25.
- 11 MAGALHÃES, José Calvet de – «Os Movimentos...», p. 49.
- 12 *Ibidem*, p. 50.
- 13 *Ibidem*.
- 14 *Ibidem*, p. 51.
- 15 Cf. *ibidem*.
- 16 SALAZAR, Oliveira – *Entrevistas, 1960-1966*. Coimbra: Coimbra, Editora, Lda., 1967, p. 148.
- 17 MAGALHÃES, José Calvet de – «Os Movimentos...», p. 52.
- 18 MAGALHÃES, José Calvet de – *Portugal na Europa: O Caminho Certo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1997, p. 45.
- 19 MAGALHÃES, José Calvet de – «Portugal na Europa: o caminho certo». In *Estratégia*, n.º 10-11, 1993-94, pp. 9-34.
- 20 MAGALHÃES, José Calvet de, VASCONCELOS, Álvaro de, e SILVA, Joaquim Ramos da – *Portugal: Um Paradoxo Atlântico. Diagnóstico das Relações Luso-Americanas*. Lisboa, Fim de Século, IEEI, 1993.
- 21 MAGALHÃES, José Calvet de – «O euro-atlantismo revisitado». In *José Calvet de Magalhães – Humanismo Tranquilo*, Cascais: Principia, 2003, p. 119.

BIBLIOGRAFIA

- ALÍPIO, Elsa Santos – *O Processo Negocial da Adesão de Portugal à EFTA (1956-1960)*, dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Agosto de 2001 (policopiado).
- ALÍPIO, Elsa Santos – «O processo negocial da adesão de Portugal à EFTA (1956-1960)», in *Ler História*, 42, 2002, pp. 29-59.
- CASTILHO, José Manuel Tavares – *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*, Coleção Parlamento, Assembleia da República / Edições Afrontamento, 2000.
- FERREIRA, José Medeiros – «Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU». In *Política Internacional*, vol. 1, n.º 6, Primavera de 1993, pp. 113-156.
- GUERRA, Ruy Teixeira, FREIRE, António de Siqueira e MAGALHÃES, José Calvet de – *Os Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses Movimentos*. Lisboa: Departamento de Integração Europeia, Instituto Nacional de Administração, 1981.
- MAGALHÃES, José Calvet de – «Portugal e a integração europeia». In *Estratégia*, n.º 4, Inverno de 1987-1988, pp. 33-74.
- MAGALHÃES, José Calvet de – «Portugal na Europa: o caminho certo». In *Estratégia*, n.º 10-11, 1993-94, pp. 9-34; o mesmo texto foi editado em livro *Portugal na Europa: O Caminho Certo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1997.
- MAGALHÃES, José Calvet de, VASCONCELOS, Álvaro de e SILVA, Joaquim Ramos da – *Portugal: Um Paradoxo Atlântico. Diagnóstico das Relações Luso-Americanas*. Lisboa: Fim de Século, IEEI, 1993.
- ROLLO, Maria Fernanda – *Portugal e o Plano Marshall. Da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- ROLLO, Maria Fernanda – «Salazar e a Construção Europeia». In *Portugal e a Unificação Europeia, Penélope*, n.º 18, 1998, pp. 51-76.
- ROLLO, Maria Fernanda – «Portugal and Europe Towards a Common Project (1947-1976)», 1999 *ISA Annual Convention*, Washington, D.C., 16-20 de Fevereiro de 1999.
- SALGUEIRO, Ângela – *Biografia de José Calvet de Magalhães*, trabalho apresentado na cadeira de História da Construção Europeia, Lisboa, FSCH-UNL, 2005, policopiado.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano – «A Política Externa Portuguesa, 1890-1986». In *Portugal Contemporâneo*. Madrid: Ediciones Sequitur, 2000, pp. 61-92.
- VASCONCELOS, Álvaro de – «A europeização da política externa portuguesa». In *Portugal e a Europa – 50 Anos de Integração*, Colóquio, Centro Cultural de Belém, 14 e 15 de Março de 1995.
- VASCONCELOS, Álvaro de – *Conversas com José Calvet de Magalhães. Europeístas e Isolacionistas na Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Bizâncio, 2005.